



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025
(à MPV 1301/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º**

§ 1º Os atendimentos de que trata o *caput* obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, com prioridade para especialidades como oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia e pneumologia, entre outras que vierem a ser definidas, observados os procedimentos operacionais e os valores de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da pneumologia entre as especialidades prioritárias do Programa Agora Tem Especialistas é medida de elevada relevância sanitária, especialmente diante do contexto epidemiológico e das lacunas assistenciais nas doenças respiratórias crônicas no Brasil.

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e a asma estão entre as principais causas de morbidade e mortalidade no país. Segundo dados da Segunda a Organização Mundial de Saúde, a DPOC é a quinta maior causa de morte no Brasil. A asma afeta cerca de 20 milhões de brasileiros, sendo responsável por cerca de 350 mil internações anuais no SUS (DATASUS, 2023).



Além disso, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de pulmão é o tipo com maior taxa de letalidade, reflexo do diagnóstico tardio e da ausência de acompanhamento especializado na rede pública.

A pneumologia é uma das especialidades com menor distribuição no território nacional. De acordo com o estudo "Demografia Médica no Brasil 2023" (CFM/FMUSP), existem apenas cerca de 2.000 pneumologistas ativos no país, com concentração nas capitais. Regiões como Norte e Nordeste apresentam déficit crítico, inviabilizando o diagnóstico e tratamento precoce de doenças como a DPOC, asma grave e doenças intersticiais.

A ausência de pneumologistas compromete diretamente a resolutividade da atenção básica e contribui para a judicialização da saúde, especialmente no acesso a exames especializados como espirometria e à terapêutica inalatória.

Estudo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT, 2022) estima que até 70% dos casos de DPOC não são diagnosticados no Brasil. Isso leva a internações evitáveis, perda de produtividade e aumento de custos ao SUS.

Um estudo conduzido pelo Observatório de Doenças Crônicas da Fiocruz estima que o custo médio anual por paciente com DPOC avançada pode superar R\$ 7 mil — valor superior ao de muitas doenças cardiovasculares.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que sistemas públicos de saúde invistam na expansão do acesso ao diagnóstico precoce de doenças respiratórias, com estruturação da linha de cuidado da DPOC e da asma. Nesse sentido, a inclusão da pneumologia fortalece o objetivo do Programa Agora Tem Especialistas de reduzir filas e melhorar o cuidado ambulatorial especializado.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

